



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 167/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0032370/2020-59

| | | | |
|--|--|--|----------------------------|
| Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 18089665(SEI!) | | | |
| Processo SLA: 2078/2020 | | SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento | |
| EMPREENDEDOR: JS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE CASCALHO EIRELI | | CPF: 30.204.245/0001-00 | |
| EMPREENDIMENTO: JS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE CASCALHO EIRELI, Fazenda Cantinho Céu, matrícula 66.988 | | CPF: 30.204.245/0001-00 | |
| MUNICÍPIO: Araxá/MG | | ZONA: Rural | |
| COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT: 19° 46' 01,6" S LONG: 46° 50' 25,2" W | | | |
| CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: ----- | | | |
| CÓDIGO: | ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017): | CLASSE | CRITÉRIO LOCACIONAL |
| A-02-07-0 | Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento | 2 | --- |
| A-03-02-6 | Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha | 2 | --- |
| CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: | | REGISTRO: | ART: |
| MORRÂMULO ÍTALO PEREIRA GRANJA(Engenheiro ambiental) | | 135689 | 14202000000005945764 |



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 12/08/2020, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariane Mendes Macedo, Servidor(a) Público(a)**, em 12/08/2020, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18090302** e o código CRC **815296E1**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 18089665/2020

O empreendimento JS Extração e Comércio de Cascalho Eireli, Fazenda Cantinho do Céu, matrícula 66.988, atua no ramo das atividades minerárias, como atividades principais extração de cascalho e argila preta, no município de Araxá/MG. Em 18/06/2020 foi formalizado o processo SLA 2078/2020 de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), número de solicitação 2020.04.01.003.0001515. No dia 26/06/2020 solicitou-se informações complementares, que foram respondidas no dia 29/07/2020. Com nova solicitação de informação complementar realizada no dia 07/08/2020, sendo atendida no dia 11/08/2020. O empreendimento já possui uma licença ambiental vigente Certificado LAS/RAS Nº 192/2019. A nova solicitação de licença corresponde à ampliação da área de extração de cascalho e incluíra a extração de argila preta.

Na área do empreendimento há remanescente de formações vegetais nativas de Cerrado, com presença de curso d'água. Apresentaram-se o CAR – Cadastro Ambiental Rural da fazenda, com número de registro: MG-3104007-22F8.FB84.CCEF.4D53.827C.FD3A.4D1F.772A (matrícula 66.988– Cantinho do Céu), com manifestações à adesão ao PRA – Programa de Regularização Ambiental

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é “Lavra a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento” (50.000 t/ano) – “cascalho laterítico” e “Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha” (12.000 t/ano) – “argila preta”. O empreendimento está localizado nas coordenadas geográficas 19° 46' 01,6" S 46° 50' 25,2" W. A área total do empreendimento corresponde à 230,8596 ha. Estão previstos dois polígonos de lavra, que contemplarão a extração de cascalho laterítico e o outro de argila preta.

Para o alvo “cascalho laterítico”, não haverá área construída, será utilizado uma faixa no sentido NS para acessos e também locação de container. A área de servidão será de 0,17 hectares e a área diretamente afetada de 3,52 hectares. Na área de extração da “Argila Preta” haverá um escritório que será utilizado como sede e base operacional para os trabalhos administrativos. A área diretamente afetada será de 740 m² e a área construída de 350 m², onde será utilizada a área da fazenda anteriormente edificada. Informaram-se que os polígonos de lavra não contemplarão Áreas de Preservação Permanente - APP. No empreendimento haverá 02 funcionários no setor de produção e 01 administrativo.

A área em questão está inserida em um terreno composto por latossolo vermelho amarelo e cambissolo, sendo ambos distróficos a moderado, com textura argilosa, fase floresta subperenifólia, relevo ondulado e forte ondulado. O relevo na região é bastante variado, com destaque para superfícies planas, cristas elevadas e vales encaixados em meio a ondulações suaves.



Continuação Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 18089665/2020

Os procedimentos de lavra serão aplicados de forma semelhante para a argila preta e para o cascalho laterítico, por serem depósitos cujas extrações se darão no seco e no alto. As jazidas de cascalho laterítico e argila preta serão lavradas a céu aberto pelo método de tiras, em áreas que são pastagens, não havendo remanescentes de vegetação nativa. O processo inicia-se com a separação do solo orgânico e do estéril da cobertura, e com a estocagem desses materiais ao lado da cava programada, que será realizado com o auxílio de um trator. Para a extração do material será utilizado a escavadeira, obedecendo uma sequência, enquanto lavra-se um determinado bloco, o seguinte está sendo decapeado, o anterior passa pelo processo de recuperação topográfica, de revegetação e preparação do solo para plantio. Não haverá disposição de pilha de estéril.

Para a finalidade de dessedentação animal e paisagismo o empreendimento possui a Certidão de Uso Insignificante Nº 81955/2018 (Barramento em curso d'água, sem captação), no ponto de coordenadas geográficas de latitude 19° 45' 15,0"S e de longitude 46° 51' 19,6"W. E ainda possui a Certidão de Uso Insignificante Nº 81956/2018 (Captação de água em surgência – nascente), no ponto de coordenadas geográficas de latitude 19° 45' 32,9"S e de longitude 46° 51' 14,9"W, para fins de consumo agroindustrial e consumo humano. Também se informaram que o uso de água para consumo humano ocorrerá a partir de galões de água.

Dentre os impactos ambientais gerado pela atividade do empreendimento, há a geração de resíduos sólidos (resíduos domésticos, sucatas), efluentes líquidos (sanitários móveis e oleosos), geração de ruídos, suspensão de partículas e emissão de gases, comprometimento na superfície do terreno, alterando a paisagem e influência sobre a fauna.

As sucatas originadas das operações de lavra deverão ser armazenadas em pilhas temporárias em local apropriado, periodicamente estas serão comercializadas. Todo o resíduo sólido gerado na operação do empreendimento será disposto tambores e sacos plásticos, posteriormente, serão levados à sede do empreendimento, localizada no município, para posterior destinação final, em locais próprios e conforme as normas municipais.

Conforme elucidado no manejo da atividade, para a restauração da área degradada, à medida que a operação de lavra avança, será executada a recuperação ambiental. Caso seja avistada alguma espécie de fauna, a mesma será afugentada.

Para mitigar os impactos referentes à geração de ruídos, poeira e poluição por óleos e graxas o empreendimento adotará manutenções periódicas dos equipamentos e máquinas, que acontecerá em empresas especializadas; realizará aspersão nas vias de acesso, pátios de estocagem e demais áreas de tráfego.



Continuação Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 18089665/2020

Os efluentes líquidos sanitários serão gerados em sanitários móveis, que serão recolhidos por empresa especializada, conforme contrato apresentado. Os efluentes oleosos serão destinados à empresa de reciclagem (re-refino) e gerados nas empresas especializadas em manutenção de equipamentos.

As frentes de lavra na argila preta e no cascalho laterítico terão drenos de modo a proteger as cavas das enxurradas causadas pelas chuvas e evitar o carreamento de material desmontado para as drenagens naturais.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento JS Extração e Comércio de Cascalho Eireli, Fazenda Cantinho do Céu, matrícula 66.988, para as atividades de “Lavra a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento” e “Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha”, no município de Araxá/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo portanto o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento JS Extração e Comércio de Cascalho Eireli, Fazenda Cantinho do Céu, matrícula 66.988

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|---|---|
| 01 | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. | Durante a vigência da licença |
| 02 | Apresentar o Relatório Anual de Lavra (RAL) e as informações pertinentes à Movimentação da Produção Bruta, principalmente a produção mensal em m³ | Anualmente Durante a vigência da licença |

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM/AP, face ao desempenho apresentado;

- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento JS Extração e Comércio de Cascalho Eireli, Fazenda Cantinho do Céu, matrícula 66.988

Resíduos sólidos e rejeitos

1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

| RESÍDUO | | | | TRANSPORTADOR | | DESTINAÇÃO FINAL | | | QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre) | | | OBS. |
|--|--------|--------|--------------------------|---------------|-------------------|------------------|----------------------------------|-------------------|---|-------------------|-----------------------|------|
| Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012 | Origem | Classe | Taxa de geração (kg/mês) | Razão social | Endereço completo | Tecnologia (*) | Destinador / Empresa responsável | | Quantidade Destinada | Quantidade Gerada | Quantidade Armazenada | |
| | | | | | | | Razão social | Endereço completo | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)



4 - Aterro
industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.